Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Após 2 anos, sonho da volta ao normal

Da primeira morte por covid-19 no país até agora, houve avanços como a vacinação de boa parte da população. Mesmo assim, especialistas temem que suspensão de medidas restritivas seja precipitado

» MARIA EDUARDA CARDIM

Mais de 29 milhões de casos positivos de covid-19, 654.556 mortes pela doença, grande parte da população imunizada, uma vacina 100% produzida em território nacional e a flexibilização das medidas restritivas. Esses pontos compõem o cenário do país dois anos após a primeira morte da covid-19 ter sido registrada.

O contexto de medo e apreensão diante de um vírus desconhecido, em 12 de março de 2020, deu lugar à esperança do retorno à vida normal. Hoje, graças aos avanços da ciência e ao rápido desenvolvimento das vacinas — somada a adesão à vacinação do brasileiro —, o país vive a expectativa de uma revisão do status de emergência em saúde pública, decretado em fevereiro de 2020.



À época integrante da equipe do Ministério da Saúde, o ex-secretário de Vigilância em Saúde da pasta Wanderson de Oliveira avalia a trajetória da covid-19 no Brasil. "Estamos em um dos melhores cenários epidemiológicos que já tivemos, e diversos indicadores apontam isso, como as taxas de vacinação, de positividade dos testes, entre outras", destaca. Diante disso, ele avalia ser preciso uma revisão da declaração de emergência em saúde pública, pois muitos pontos mudaram. "Na minha opinião, a gente está em um período de transição para as emergências estaduais", explica.

O atual secretário de Serviços Integrados de Saúde (SIS) do Supremo Tribunal Federal (STF) justifica: "Para a situação ser caracterizada como uma emergência de saúde pública de importância nacional, é preciso que se apresente risco de disseminação nacional, e nós não continuamos com esse risco porque o vírus já está espalhado. Além disso, a situação epidemiológica deve ser produzida por agentes infecciosos inesperados, e isso não acontece, uma vez que conhecemos o novo coronavírus. A covid-19 também não apresenta gravidade elevada, outro ponto necessário que a emergência seja considerada de importância nacional".

Sem estimar uma data para a suspensão do status de pandemia, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, indicou nas últimas semanas que a mudança de cenário "está perto" de acontecer. A esperança de avanço das flexibilizações também é aguardada pela secretária extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 do Ministério da Saúde, Rosana Leite de Melo. Ainda que haja riscos, como aparecimento de novas variantes, para ela "há esperanças que em um futuro breve possamos avançar nas flexibilizações" (leia abaixo).

Freio

No entanto, alguns pesquisadores são reticentes e dizem que as próximas semanas serão cruciais para entender qual será o rumo da covid-19 no país. "Ainda não é possível avaliar o efeito das festas e viagens no período de carnaval, nem da flexibilização do uso de máscaras e da realização de eventos que promovam a aglomeração em massa, que têm ocorrido em algumas cidades", pontuou o último boletim do *Observatório Covid-19*, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), divulgado ontem.

Por isso, o relaxamento de medidas de proteção, como a suspensão do uso de máscaras, é visto como precoce pelos pesquisadores da Fiocruz. Para eles, a flexibilização prematura "significa abandonar a história de tantas vidas perdidas". "Reforçamos que o relaxamento prematuro das medidas protetivas, assim como não investir na motivação da população sobre a vacinação, significa abandonar a história de tantas vidas perdidas", criticou o *Observatório*.

Para os pesquisadores, o ideal é a volta do padrão do início da pandemia, quando era indicado o uso de máscaras, a higienização de mãos e o desestímulo às aglomerações. "Recomendamos que, enquanto caminhamos para níveis ótimos de cobertura vacinal, medidas de distanciamento físico, uso de máscaras e higienização das mãos sejam mantidas mesmo em ambientes abertos onde possa ocorrer maior concentração e aglomeração de pessoas", sugerem os especialistas.



3 perguntas para // Rosana Melo (secretária de Enfrentamento à Covid)

Myke Sena/MS



Rosana: não dá para baixar a guarda, apesar dos avanços

Como a senhora avalia o cenário nacional atual em relação à pandemia? As recentes flexibilizações, como a dispensa do uso de máscaras em locais fechados, são apoiadas pela Secretaria de Enfrentamento à Covid-19?

O atual cenário epidemiológico tem mostrado uma queda sustentada dos casos, com diminuição de 50% da incidência em relação à semana anterior, e de 40% dos óbitos — o que vislumbra uma melhora na fase da pandemia e suporta algumas flexibilizações realizadas por estados e municípios. Ainda precisamos ter prudência e aguardar as próximas semanas. Cada região ou estado deve monitorar com responsabilidade todo o contexto, pois estamos ainda na fase de mitigação da pandemia. Espero, e os dados parecem estar sinalizando para isso, caminharmos para a fase de controle da doença. Ressalto que essa fase não significa que tenhamos que abandonar todas as medidas drasticamente. Há que se manter em alerta e utilizar todo o nosso aprendizado deste enfrentamento. Existe o risco de variantes e não devemos baixar a guarda, mas há esperanças que, em um futuro breve, possamos avançar nas flexibilizações.

Mesmo com um cenário melhor, ainda vemos mortes causadas pela covid-19. Agora, com as vacinas já aprovadas, se olha com ainda mais atenção para os medicamentos. Apesar da Anvisa ter aprovado alguns deles, nenhum fármaco contra o novo coronavírus foi incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS). A secretaria tem um plano para incorporá-los?

O coronavírus, assim como em outras viroses já conhecidas, tem se mostrado desafiador no que tange aos medicamentos específicos (antirretrovirais, anticorpos monoclonais etc.). Antes da emergência da variante ômicron, tínhamos, enquanto sociedade científica, progredido em algumas terapias. Porém, tal variante mostrou a ineficácia ou baixa eficácia dos anticorpos monoclonais e alguns antirretrovirais, mostrando-se, ainda, com baixa relação custo-benefício. No atual momento, estamos em análises técnicas e tratativas a fim de adquirir alguma medicação que se mostre custo-efetiva à população como um todo ou para grupos específicos.

Qual deve ser a prioridade do país, agora, no combate à pandemia? Concluir a vacinação de crianças? Procurar pessoas que não retornaram para a segunda e a terceira dose?

Estamos com a taxa de vacinação do esquema primário completo em 76%, e de dose de reforço de 39% da população acima de cinco anos. Em relação apenas às crianças de cinco a 11 anos, estamos com 40% de nossas crianças com a primeira dose. Nos idosos acima de 65 anos, a cobertura da dose de reforço varia de 68% a 78%. Infelizmente, temos algumas faixas etárias em que precisamos evoluir, principalmente nas doses de reforço, e também na cobertura de primeira dose das crianças.

AMAZÔNIA

Greenpeace alerta para devastação em fevereiro

» ROSANA HESSEL

O Greenpeace divulgou, ontem, um novo alerta sobre os dados do sistema Deter, do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), que mostram o avanço da devastação na região da Amazônia Legal — integrada por Amazonas, Acre, Rondônia, Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. Segundo a organização não-governamental, os números demonstram que fevereiro foi o pior da história do bioma e "reafirmam que o desmatamento segue fora de controle".

Entre os dias 1º e 28 do mês passado, os alertas apontaram um total de 199km² derrubados, conforme os dados do Deter. Isso representa um aumento de 62% em relação ao mesmo mês de 2021, uma área equivalente a 80% do tamanho do estado de São Paulo. "É a maior área com alertas para o mês desde 2016, quando foram iniciadas as medições do Deter-B. Os alertas de desmatamento se concentram principalmente nos estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas", destacou o Greenpeace.

Segundo o relatório, "os dois primeiros meses deste ano tiveram áreas recordes da série histórica e, no acumulado, já são 629km² a mais do que o triplo do que foi observado no ano passado, 206km² desmatados. Isso tudo em um período no qual o desmatamento costuma ser mais baixo por conta do período chuvoso na região".

"Esse aumento demonstra os resultados da falta de uma política de combate ao desmatamento e dos crimes ambientais na Amazônia, impulsionados pelo atual governo. A destruição não para", criticou o porta-voz de Amazônia do Greenpeace Brasil, Rômulo Batista.

Sem recuperação

O Greenpeace destacou outro dado divulgado, nesta semana, pelo estudo da Universidade de Exeter, na Inglaterra: a floresta amazônica está perdendo a capacidade de manutenção, chegando em um "ponto de não retorno". De acordo com a pesquisa, três quartos da floresta estão resistindo cada vez menos contra secas e outros eventos climáticos adversos. Representa que estão com pouca capacidade de se recuperarem.

"A previsão é de que grandes áreas começarão a se transformar em um bioma mais parecido com uma área de floresta degradada e mais seca, gerando riscos para a biodiversidade e para o clima em escala global e intensificando a ocorrência de eventos climáticos extremos", acrescentou o Greenpeace, com base no estudo da universidade.

Batista lembra que "na mesma semana em que milhares de pessoas se reuniram, em Brasília, no Ato pela Terra, a aprovação de urgência do PL da mineração em terras indígenas e os recordes dos alertas de desmatamento nos levam a refletir sobre o destino da Amazônia e seus povos".

Segundo o ambientalista, quanto mais desmatamento, maior é a contribuição do Brasil na emissão de gases de efeito estufa, o que agrava a crise climática e acelera os eventos extremos — como chuvas torrenciais que devastaram Petrópolis, no Rio de Janeiro, e cidades na Bashia e em Minas Gerais. "Os dados de fevereiro apontam para mais um ano em que o Brasil caminha na contramão do combate à destruição ambiental", disse.